

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N° 080**

Período: de 10/05/03 a 16/05/03

Franca – Brasil

- 1 - Investigações mostram envolvimento de oficiais militares em fraude e desvio de armas
- 2 - Segundo perícia da Marinha, *Tona Galea* naufragou por excesso de passageiros
- 3 - Base militar é invadida por bandidos
- 4 - Presidente do Uruguai se declara favorável à inclusão do Brasil no Conselho de Segurança como membro permanente; brasilianista Thomas Skidmore critica a iniciativa brasileira
- 5 - Comemoração sela fim do Acordo de Alcântara
- 6 - Jornalista defende intervenção das Forças Armadas para solucionar crise de segurança no Rio de Janeiro
- 7 - Coluna trata da relação entre Brasil e Argentina
- 8 - Almirante reclama ao presidente Lula de falta de recursos para a Marinha
- 9 - Ministro quer que o Congresso vote Previdência dos militares neste mês
- 10 - Ministro da Defesa critica apoio das Forças Armadas contra o crime
- 11 - Metalúrgicos do Exército em greve pedem mediação do ministro da Defesa
- 12 - Presidente Lula cria grupo especial de trabalho para dar solução ao caso das indenizações às vítimas do regime militar
- 13 - General do Exército integra Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES)
- 14 - Coluna aponta gastos do Ministério Público Militar (MPM)

Investigações mostram envolvimento de oficiais militares em fraude e desvio de armas

Investigações originadas a partir de um inquérito policial militar (IPM) sobre uma tentativa de fraude num concurso realizado no Rio de Janeiro levaram à identificação de diversos candidatos civis e militares - inclusive oficiais do Exército – que agiram na venda da prova e do gabarito do concurso. Uma sindicância que investiga o desvio de armas para o tráfico de drogas demonstrou o envolvimento de homens que servem ao 8º Grupo de Artilharia de Campanha Pára-Quedista e no 26º Batalhão de Infantaria Pára-Quedista (unidade de elite). As entradas e saídas de armas nessas unidades seriam de conhecimento dos setores de inteligência (S-2) dos quartéis. Em um dos casos, sete coletes à prova de balas teriam sido roubados. Um sargento, que foi denunciado pela participação da tentativa de fraudar o concurso, seria um dos principais elos com o tráfico e responsável pelo desvio de granadas. Em ambos os casos, porém, o tráfico teria conseguido parar as apurações iniciadas no S-2 dos batalhões. Com relação à tentativa de fraude, dois sargentos do Exército teriam conseguido a cópia da prova a ser aplicada. As cópias foram adquiridas na Comissão de Aplicação e Fiscalização, que fica sob a responsabilidade da Brigada de Infantaria Pára-Quedista. A unidade militar teria, segundo a promotoria, a responsabilidade de fiscalizar a aplicação da prova, realizada no Estádio do Maracanã. Pelo menos dois militares investigados serviam na unidade onde os pacotes contendo o material sigiloso do concurso foram recebidos com antecedência; a violação do lacre de um dos envelopes

aconteceu no mesmo local, possibilitando a retirada de um exemplar de prova, do qual foram feitas fotocópias. Uma cópia da prova foi enviada, via fax, para Santos Dumont (MG). Lá, um ex-militar seria o responsável pela obtenção das respostas corretas para a elaboração do gabarito a ser vendido por preço que variava entre R\$ 2 mil e R\$ 8 mil. Na noite anterior à prova, aplicada em 25 de julho de 2001, num encontro realizado num *shopping center* no Rio, foram vendidos gabaritos ao preço unitário de R\$ 5 mil. Pelo menos 11 militares foram denunciados pela fraude. O Comando Militar do Leste (CML) abriu um inquérito para investigar o caso, mas ainda não foi divulgado qualquer resultado. No início deste mês, 15 dias após a ocorrência de dois atentados contra a promotoria, integrantes do Ministério Público Militar (MPM) no Rio de Janeiro reuniram-se com um corregedor da Justiça Militar. O prédio da Justiça Militar, na Praça da Bandeira, alterou seu sistema de segurança. No local, em andares onde funciona o MPM, foram posicionados seguranças particulares armados. Um pedido para que a segurança volte a ser feita por militares já foi encaminhado ao Exército, segundo explicou um funcionário administrativo. Outras duas promotoras que atuam no mesmo processo também pediram proteção antes do segundo atentado, mas não foram atendidas devido ao pequeno efetivo disponível da Polícia Federal. (Jornal do Brasil – Rio - 10/05/03)

Segundo perícia da Marinha, *Tona Galea* estava com excesso de passageiros.

O laudo da perícia feita pela Capitania dos Portos na embarcação *Tona Galea*, que afundou no dia 19 de abril em Cabo Frio (Estado do Rio de Janeiro), matando 15 pessoas, confirmou que o barco não poderia transportar mais de 27 passageiros, embora no momento do naufrágio estivesse com 64 pessoas a bordo. A informação foi dada ontem pelo delegado José Mário Omena, da 126ª Delegacia de Polícia (DP) de Cabo Frio, que investiga o caso. Diante do resultado da perícia, o delegado afirmou não ter dúvida de que o acidente poderia ter sido evitado. Por isso, Omena disse que quer ouvir mais uma vez os principais responsáveis pelo barco. Ele vai chamar para depor novamente o comandante e dono do barco, Norberto Guimarães da Silveira, o engenheiro naval Cícero Augusto Penteado Brito Vianna, que assinou dois relatórios que serviram de base para a legalização da embarcação na Capitania dos Portos, e o marceneiro Marcelo Corrêa, responsável pela reforma que transformou *Tona Galea* de chata numa falsa escuna. A Capitania dos Portos realizou na quarta-feira (7) novos testes no *Tona Galea*. No Canal do Itajuru, a embarcação, que estava ancorada no Costa Azul Iate Clube, passou por testes de capacidade de peso e resistência, dos quais participaram marinheiros da Base Aérea Naval de São Pedro d'Aldeia. O laudo da perícia feita pela Marinha foi recebido pelo delegado no último dia 10. No dia 24 de abril, a Capitania dos Portos interditou todas as embarcações de Cabo Frio que tinham sofrido adaptações ou que tinham características semelhantes às do *Tona Galea*. O estaleiro onde foi feita a reforma do barco também foi interditado. (O Globo – Rio -11/05/03)

Base militar é invadida por bandidos.

No fim da noite do dia 10 (sábado), dois homens armados com pistolas invadiram o Parque de Material Bélico da Aeronáutica, na Ilha do Governador, Zona Norte do Rio de Janeiro, para tentar roubar armas e munições. Descobertos, os bandidos trocaram tiros com militares que faziam a patrulha do

parque. A intenção, segundo a polícia, era roubar armas para traficantes. O comandante da Aeronáutica, o tenente-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos Bueno considerou de ousadia a ação dos bandidos, que invadiram uma área de segurança nacional, e determinou a abertura de sindicância para apurar a invasão. No local, segundo o comando da força, ficam armazenadas armas e munições de uso exclusivo das Forças Armadas. Policiais Militares do 17º BPM (Ilha do Governador) chegaram a vasculhar as imediações do parque para tentar prender os criminosos. O chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, brigadeiro Antônio Guilherme Ribeiro Telles informou que houve troca de tiros. Segundo o jornal *O Globo*, em 2001 um posto do Exército já havia sido atacado, do qual foi roubado um fuzil automático. Em 2000 houve três ataques: um depósito de suprimentos foi invadido e um soldado baleado, o quartel da Marinha na Ilha do Governador foi invadido e um soldado ferido e em seguida soldados na Vila Militar foram rendidos, tendo seus fuzis roubados. (Folha de S. Paulo – Cotidiano -11/05/03; Folha de S. Paulo – Cotidiano - 12/05/03; Jornal do Brasil – Rio -12/05/03; O Globo – Rio -12/05/03)

Presidente do Uruguai se declara favorável à inclusão do Brasil no Conselho de Segurança como membro permanente; brasilianista Thomas Skidmore critica a iniciativa brasileira

O presidente Jorge Battle, do Uruguai, em visita oficial ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se declarou favorável à entrada do Brasil como membro permanente no do Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU), caso haja uma reestruturação da entidade. Segundo o presidente uruguaio, na inclusão deve estar o Brasil, pois este se configura como um grande país, próprio para ocupar uma dessas posições. Battle e Lula emitiram um comunicado conjunto, reforçando suas posições. A exemplo do que já fez com a Argentina, o Brasil utilizará o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para ajudar os exportadores locais e incrementar a economia uruguaia, por meio de uma linha de crédito, visando receber em contrapartida o apoio do Uruguai para sua entrada no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme acordado durante o encontro entre os dois presidentes. O Brasil tem enfatizado seu interesse em assumir a liderança regional e recebeu o apoio da diplomacia uruguaia. O assessor de Lula para assuntos exteriores, Marco Aurélio Garcia, afirmou, durante o seminário “Estado de Direito e Defesa Nacional”, ocorrido em Montevideu (Uruguai) na semana passada, esclareceu que o Brasil deve liderar a região, mas adotando uma política de “concertação”. Os ministros de Relações Exteriores da Grã-Bretanha, Robin Cook, e da França, Hubert Védrine, também defenderam no dia 12 o ingresso do Brasil como membro permanente no Conselho. Durante debate na Espanha sobre o Iraque pós-guerra, Cook justificou que “toda a América Latina estaria em melhor situação se isso ocorresse”. O brasilianista e professor aposentado pela Universidade Brown, em Rhode Island, Thomas Skidmore, não acredita na possibilidade de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passar a liderar a América do Sul, criticou a tentativa brasileira de ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em entrevista concedida ao *Correio Braziliense* durante sua visita a Brasília, para participar de seminário sobre Regimes Políticos e Política Externa, na Universidade de Brasília (UNB), Skidmore diz que os Estados Unidos, no momento, não têm interesse nenhum na América

Latina, pois tem o foco no Iraque, Europa e Mediterrâneo. O único interesse diz respeito à Colômbia e ao problema das drogas e da guerrilha. Para Skidmore, a questão do desenvolvimento básico do Brasil não interessa aos americanos. Sobre a chance de o Brasil ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança Nacional da Organização das Nações Unidas (ONU), ele acredita que se trata de mais prestígio para o Itamaraty, mas que efetivamente não traria mais poder para o país, pois este depende de base econômica. (Correio Braziliense – Mundo - 11/05/03; Folha de S. Paulo – Mundo - 12/05/03; O Estado de S. Paulo – Nacional - 13/05/03; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/05/03; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/05/03)

Comemoração sela fim do acordo de Alcântara

A Câmara dos Deputados comemorou, no último dia 12, a garantia do governo brasileiro de retirada do Congresso do acordo de utilização pelos Estados Unidos da Base de Lançamentos de Alcântara - localizada no Estado do Maranhão. O evento foi batizado de "Consolidação da Vitória", e teve o intuito de marcar o fim da tramitação do acordo no Congresso. Além de parlamentares, foram convidados os ministros da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, e o chefe da Controladoria - Geral da União, Waldir Pires. Pires votou contra o acordo como deputado da Comissão de Relações Exteriores. Segundo ele o acordo é inconstitucional porque fere a soberania brasileira e é inconveniente porque limita o desenvolvimento de pesquisas. Os ministérios da Defesa, da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores elaboraram uma exposição de motivos para justificar a retirada do acordo, que está sendo analisada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Um lançamento realizado em Alcântara - que fica a apenas dois graus da linha do Equador -, pode reduzir em até 30% os gastos com combustível. O acordo assinado com os EUA em outubro de 2000 gerou inúmeras críticas, em especial pelo fato do Brasil não poder utilizar os recursos do aluguel para desenvolver seu próprio programa espacial, além de criar áreas restritas sob controle dos Estados Unidos. (Jornal do Brasil – Brasil - 12/05/03)

Jornalista defende intervenção das Forças Armadas para solucionar crise de segurança no Rio de Janeiro

Em coluna de *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Arnaldo Jabor defendeu a participação das Forças Armadas no combate à violência no Rio de Janeiro. O jornalista considera viável um trabalho conjunto das Forças Armadas com as polícias e que militares do alto escalão, junto com sociólogos e urbanistas, podem ajudar no desenvolvimento de estratégias de combate ao crime. Jabor defende também a participação de especialistas estrangeiros na busca de uma solução para a violência na região. Entretanto, ressalva que a participação dos militares deve ater-se à área de inteligência e estratégia. (O Estado de S. Paulo – Caderno 2 – 13/05/03)

Coluna trata da relação entre Brasil e Argentina

O jornal *Correio Braziliense* apresentou na coluna *Opinião* o texto do jornalista Newton Carlos, tratando da relação entre o Brasil e a Argentina. Segundo ele, disputas, desencontros e poucos afagos marcam a história das relações entre os dois países, mas adianta que já aconteceram mudanças e atualmente até fala-se mais em aliança. Para ele, existe uma antiga “cisma” dos argentinos

sobre o “caráter expansionista” brasileiro e a “mania” do Brasil de ser potência regional, pois a Argentina ainda guardaria sentimentos de superioridade criados em tempos mais prósperos. O jornalista cita o colunista *José Maria Pasquini*, do jornal *Página 12*, de Buenos Aires, segundo o qual “os argentinos foram induzidos a pensar no Brasil como ameaça à sua integridade territorial”; militares de ambos os lados trabalhavam com “hipóteses de conflitos” entre os dois países. Mas, de acordo com Newton Carlos, a globalização acabou impondo a integração como prioridade, embora esta tenha sido longa e sinuosa, como escreveu o diplomata Paulo Roberto de Almeida em seu livro *Fundamentos e Perspectivas*. Os especialistas imaginam que a prioridade deveria ser uma maior convergência das políticas externas e da segurança de ambos, para facilitar as alianças. No decorrer da coluna, ele descreve em linhas gerais como foram as aproximações e distanciamentos até chegar ao momento atual, mas encerra lembrando que ainda há divergências, por exemplo, quanto à ampliação dos membros do Conselho de Segurança da ONU, pois somente uma vaga para a América Latina foi aberta e o Brasil se considera o candidato natural, ignorando os outros países e suscitando novamente a “cisma” dos argentinos sobre a velha “mania” de potência regional. (Correio Braziliense – Opinião – 14/05/03)

Almirante reclama ao presidente Lula de falta de recursos para a Marinha

O presidente Luiz Inácio da Silva recebeu, neste dia 14, durante cerimônia de entrega da medalha da Ordem do Mérito Naval, no Grupamento de Fuzileiros Navais, cobranças por mais recursos para a Marinha, a exemplo do que já havia ocorrido com a Aeronáutica e o Exército. O comandante da Armada, almirante Roberto de Carvalho, queixou-se das restrições orçamentárias impostas à Força e advertiu que “não se improvisa um poder naval de um momento para o outro”. O presidente Lula, em seu discurso, respondeu reconhecendo que as Forças Armadas “não podem prescindir de níveis adequados de preparo e equipamento”, reafirmou “seu empenho em equacionar as dificuldades”, mas avisou que isso ocorrerá “no devido tempo”, sem precisar quando. No entanto, aproveitou para destacar que sempre conta com o valor, a dignidade, o patriotismo e o espírito público militar. Embora admitindo que compreende a necessidade de contenção orçamentária, o almirante disse que o país “não pode prescindir de um poder naval aprestado e balanceado, que inspire credibilidade e respalde as ações diplomáticas da política externa brasileira”. O almirante afirmou ainda que os meios navais estavam “obsoletos”, com manutenção “antieconômica” e citou como exemplo o período de seis a dez anos necessários para construir uma fragata. O presidente e o ministro receberam a Condecoração da Grã-Cruz, nos graus de mestre e de presidente honorário do Conselho da Ordem do Mérito Naval, respectivamente. No mesmo dia, o ministro da Defesa, José Viegas, fez um apelo aos parlamentares na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, para que destinem mais recursos às Forças Armadas: “Exorto essa Casa a apoiar que as Forças Armadas obtenham um orçamento (para o próximo ano) que nos permita recursos para o devido equipamento das Forças, em benefício do nosso povo”. Ao defender o reequipamento das Forças, o ministro da Defesa destacou a seriedade do assunto, mas assegurou que a segurança e a defesa do País não estão comprometidos: “Não estamos desprotegidos, mas é verdade também que os equipamentos estão a ponto de

se aproximar da velhice". (Folha de S.Paulo – Brasil – 14/05/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/05/03)

Ministro quer que Congresso vote Previdência dos militares neste mês

O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, pretende enviar as propostas da reforma da Previdência dos militares para o Congresso ainda no mês de maio. O ministro quer que ela seja votada junto com a reforma da Previdência dos civis, pois acredita que a aprovação de uma proposta induziria à aprovação da outra. Os militares preferem que a votação ocorra apenas no segundo semestre porque a reforma dos militares produzirá menos cortes para a categoria do que para outros servidores públicos. Eles temem que a votação simultânea desperte comparações e questionamentos quanto às vantagens para os militares. O jornal *A Folha de S.Paulo* afirma ter apurado que o governo recuou em relação a seu projeto de reforma original, que elevaria o tempo de contribuição dos militares em atividade de 30 para 35 anos. A versão atual aumenta o tempo para apenas 32 anos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 15/05/03)

Ministro da Defesa critica apoio das Forças Armadas no combate ao crime

O ministro da Defesa, José Viegas, declarou no último dia 14, durante audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) da Câmara dos Deputados, que a utilização das Forças Armadas no combate à violência urbana, por um período mais prolongado, "poderia ter conseqüências que ninguém almeja". Citando o caso do Rio de Janeiro, onde considera a situação "preocupante", o ministro disse aos parlamentares que a solução para o combate ao crime e para a redução da violência "é o reaparelhamento e o reforço das forças policiais". Viegas frisou que a pressão e a sensação de insegurança sofridas pela população não podem ser atendidas pelas Forças Armadas. Falando aos parlamentares, o ministro reconheceu ser compreensível a existência de uma parcela da sociedade que defenda a ação das Forças Armadas no combate à violência urbana. Ele argumentou, porém, que forças militares podem atuar somente em situações emergenciais, como foi o caso do Carnaval no Rio e que o governo federal tem dado reais e concretas demonstrações do seu empenho em cooperar com os governos estaduais para que estes cumpram suas atribuições nessa área. Viegas afirmou ainda que: "A assistência a qualquer Estado deve ser prestada em estrita observância da Constituição e do princípio federativo nela consagrado". O ministro da Defesa não respondeu, no entanto, se está em estudo pelo governo a possibilidade de as Forças Armadas voltarem às ruas no Rio de Janeiro. (O Estado de S. Paulo – Cidades – 15/05/03)

Metalúrgicos do Exército em greve pedem mediação do ministro da Defesa

Em greve há 23 dias, os metalúrgicos do Exército que trabalham na Imbel – indústria de material bélico do Exército brasileiro – reuniram-se na quinta-feira (15) com o ministro da Defesa, José Viegas Filho, para pedir a mediação do ministro nas negociações da greve dos funcionários da fábrica de Imbel em Itajubá (Estado de Minas Gerais). Os metalúrgicos reivindicam reajuste salarial de 19,25% e a renovação da convenção coletiva e da data-base. Até o momento a direção da empresa não apresentou nenhuma contraproposta e afirmou que não possui recursos para o reajuste, pois depende de verbas do Ministério da Defesa. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá, a Imbel

possui 350 empregados, recebendo um salário de R\$ 270,00. (Folha de S.Paulo – Dinheiro – 16/05/03)

Presidente Lula cria grupo especial de trabalho para dar solução ao caso das indenizações às vítimas do regime militar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou na quinta-feira (15) a formação de um grupo especial de trabalho para analisar os processos de indenização às vítimas do regime militar (1964-1985). O grupo é formado pelos ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos e da Previdência, Ricardo Berzoini, e, ainda, por representantes de anistiados da iniciativa privada, das estatais e das Forças Armadas, cujo papel é rever os processos para evitar distorções nas indenizações concedidas e assim acelerar os pagamentos àqueles que já tiveram seus processos aprovados, e os valores, corretos. A primeira reunião do grupo de trabalho está marcada para a próxima semana. Na quinta-feira (15) houve um protesto em frente ao Palácio do Planalto, com cerca de 500 anistiados, que pediam a inclusão de 10 mil pessoas na Lei 559/02, que concede as indenizações, no valor de até R\$ 100 mil. Segundo Luís Carlos Natal, presidente da Associação dos Perseguidos Políticos da Petrobrás (Conap), “a maioria dessas pessoas não conseguiu arrumar outro emprego. Ficou marcada e por isso depende do Estado para sobreviver”. O presidente foi conversar pessoalmente com os manifestantes, dando origem a um tumulto e terminou por receber uma comissão de dez anistiados, dos quais vários foram companheiros de Lula no movimento sindical. O deputado Vicentinho (PT-SP), que participou do protesto, afirmou que “a comissão tem que verificar se não tem abuso, se não tem corrupção”. (O Globo – O País – 16/05/03; Correio Braziliense – Política – 16/05/03)

General do Exército integra Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES)

O governo federal anunciou os nomes dos oito novos integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES). Cinco atendem à região Norte do País e integravam a lista encaminhada por seu coordenador, deputado Átila Lins. São eles: José Fernandes do Rego, José Carlos Braga, os empresários Luftala Bittar e Amarílio Macedo, o professor Luiz Aimbaré o general Luiz Gonzaga Lessa, os pastores Nilson Fanini, da Igreja Batista e Silas Malafaia, da Assembléia de Deus. (O Globo – Colunas – Panorama Político – Teresa Cruvinel – 16/05/03)

Coluna aponta gastos do Ministério Público Militar (MPM)

A coluna “Informe Político” do *Jornal do Brasil* desta sexta-feira (16) apontou que o Ministério Público Militar (MPM) adquiriu recentemente cadeiras no valor de R\$ 1469,00, poltronas de R\$ 900,00 e aparelhos celulares de R\$ 800,00 (valores unitários). O MPM teria também comprado 37 computadores de R\$ 4.349,00 reais cada, dois *notebooks* com *DVD* e 14 monitores digitais de cristal líquido, no valor de R\$ 1700,00 cada monitor. A lista inclui um insólito item: sapatos brancos de couro macio, por R\$ 75,00 o par. (Jornal do Brasil – Colunas – Informe Político – 16/05/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista Fapesp e Adele Godoy, bolsista CNPq/Pibiq, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.